



A Unicamp de jenipapo e urucum¹

Edilene Alves da Silva

Luiz Felipe Medina

Paulo Jeremias Aires

Somos estudantes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), somos indígenas. Buscamos, neste texto, evidenciar a importância da construção do Coletivo dos Acadêmicos Indígenas da Unicamp para a permanência estudantil a partir da criação do Vestibular Indígena em 2018. Trazemos um breve relato de como este coletivo inseriu-se nos debates sobre as ações afirmativas, ocupando os diferentes lugares que compõem a universidade, tais como: movimento estudantil; representações discentes; participações em comissões e grupos de trabalho; organização de encontros acadêmicos; troca de artes e artesanatos indígenas; troca de saberes; aulas de línguas indígenas; lançamento de livros; filmes; pinturas corporais e pinturas de patrimônios institucionais, em parceria com as direções de institutos, apoiadores, estudantes, professores e artistas indígenas. Estas diferentes ações são uma forma de garantir a continuidade e o aprimoramento da política de ações afirmativas da Unicamp.

As primeiras reivindicações por acesso ao Ensino Superior surgiram dentro do Movimento Indígena brasileiro desde a sua institucionalização, nas décadas de 1970-1980. A busca de escolarização dos povos indígenas mobilizou a luta pela ampliação do acesso de indígenas no Ensino Superior, à medida que se fazia necessário a formação de professores indígenas para atuar nas escolas de ensino fundamental das aldeias (BANIWA, 2019). A criação de Licenciaturas Interculturais, por meio de editais do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind),

¹ Este texto é uma prévia do texto na íntegra que será publicado nas Pré-Jornadas de Antropologia John Monteiro - “Políticas de ação afirmativa e permanência: ganhos, limites e desafios nas universidades brasileiras” (Unicamp) - que o coletivo foi convidado a colaborar.



possibilitou que indígenas acessassem as universidades do país em cursos de licenciaturas específicas (RUSSO, 2016), e estas iniciativas eram complexas devido à grande diversidade étnica dos povos. Assim, a permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior dependia da ampliação de políticas que considerassem suas especificidades. Bebendo na fonte do Movimento Indígena, muitas lideranças indígenas viam, nas universidades, o lugar estratégico para adquirir conhecimentos considerados fundamentais do “mundo ocidental” a serem usados na defesa de direitos indígenas para a gestão de territórios, fortalecimento das organizações, formulação de políticas públicas e educação escolar indígena.

Diversos integrantes de organizações indígenas, assim como muitos indigenistas, defendem que as políticas de incentivo ao acesso ao Ensino Superior devem priorizar “a formação de indivíduos comprometidos com a defesa dos interesses coletivos desses povos, e não a promoção de projetos individuais de ascensão social” (SOUZA LIMA, 2004, p. 23). A tensão entre a ideia de “autonomia coletiva e societária dos povos indígenas” (BANIWA, 2019, p. 174) e os posicionamentos mais “individualistas” atravessam muitas discussões no Movimento Indígena e implica no embate entre desejos individuais e coletivos. A maior parte das experiências mostra um comprometimento de estudantes indígenas tanto com sua comunidade de origem, quanto com suas famílias, no sentido de “levar conhecimentos, fazer projetos, trazer informações ou melhorias para seu povo” (SILVA, 2021, p.65). Só o fato de ocuparem os espaços universitários já significa uma manifestação coletiva.

Na Unicamp, após a greve dos estudantes ocorrida em 2016, na qual a principal pauta foi a inclusão étnico-racial e a permanência estudantil, ocorreram três audiências públicas sobre o tema e em maio de 2017, o Consu votou pelo Programa de Cotas da Unicamp (CONSU-A-008/2017). Em 2017 e 2018, formulou-se e implementou-se o primeiro Vestibular Indígena, com sua primeira realização em 2018, para ingresso em 2019. Essas ações de reinvidicação e luta foram especialmente protagonizadas pelos movimentos negros da Frente Pró-Cotas (FPC) e Núcleo de Consciência Negra da



Unicamp (NCN). Esses dois movimentos surgiram na esteira dos debates sobre a Lei de Cotas em 2012, no Supremo Tribunal Federal (LISBOA, 2020).

Em 2019, chegou à Unicamp a primeira turma de estudantes indígenas com 68 aprovados em 36 cursos diferentes, pertencentes a 23 etnias e falantes de mais de 10 línguas originárias. A primeira prova do Vestibular Indígena teve aplicação em 5 cidades diferentes: Recife (PE); Manaus (AM); São Gabriel da Cachoeira (AM); Campinas e Dourados (MS). Posteriormente, as capitais Manaus e Recife foram substituídas pelas cidades de Tabatinga e Caruaru (PE), respectivamente, e no estado de São Paulo, a cidade de Bauru foi incluída como um dos locais de prova. Em 2019, a universidade já contava com alguns estudantes indígenas que entraram por meio de autodeclaração², e estes se sentiram ganhadores, após a chegada dos ingressantes pelo vestibular específico.

Os ingressantes indígenas, à medida que foram se apropriando do espaço universitário, foram encontrando seus pares e, com isso, tomaram a iniciativa de realizar a primeira “Semana Acadêmica dos Estudantes Indígenas da Unicamp”, em abril de 2019. A partir de alguns encontros para compartilhar as experiências resultantes do evento, nasceu, de fato, o Coletivo de Acadêmicos Indígenas da Unicamp, no primeiro semestre de 2019, com uma demanda vinda, especialmente, da universidade. Experimentamos, na sala de aula e nos ambientes comuns da universidade, dificuldades de interação com colegas não indígenas, de entendimento das disciplinas e situações de preconceito que acabaram refletindo no desempenho acadêmico de alguns estudantes indígenas. Em decorrência disso, alguns desistiram do curso e/ou apresentaram dificuldades de cunho emocional, por conta da grande carga de atividades acadêmicas e das situações de exclusão dentro das salas de aula.

Em 2021, somam-se três edições do Vestibular Indígena da Unicamp. Atualmente, o coletivo dos estudantes indígenas é composto por 240 estudantes indígenas, pertencentes a mais de 40 etnias diferentes. Essa diversidade étnica e cultural

² Trata-se do PAAIS (Programa de Ações Afirmativas para Inclusão Social) - modalidade de ingresso adotada pela Unicamp desde 2004 para egressos de escola pública, negros e/ou indígenas.



tem gerado grandes discussões dentro da instituição e provocado diferentes interpretações de docentes e discentes sobre a implementação do Vestibular Indígena na universidade. A presença dos estudantes indígenas dentro de um espaço que, por muito tempo, foi ocupado pela elite e pela branquitude brasileira, tem se ressignificado e dado espaço para os povos originários deste país. Essa (re)existência étnico-cultural, na universidade, tem sido enriquecedora para toda a comunidade, pois permite divulgar a diversidade cultural não só dos estudantes desta universidade, mas de diversos povos do nosso país. Não apenas como uma forma de luta e resistência pela continuidade das ações afirmativas conquistadas nos últimos anos, nossa luta é também pela descolonização dos centros de estudos, contra o racismo e estereótipos institucionais existentes na academia. Com o Coletivo dos Acadêmicos Indígenas, buscamos uma realidade sem portas fechadas, na qual os povos originários possam colorir, ocupar e demarcar a universidade com urucum e jenipapo, sem racismo e violência, para que as diferenças possam ser respeitadas.

Nesse cenário, foi criado o Diretório Central dos Estudantes Indígenas da Universidade Estadual de Campinas (DCEIN), uma entidade de representação dos estudantes indígenas de Graduação e Pós-Graduação, inspirado em princípios democráticos, na cultura, na diversidade de línguas e na tradição organizativa dos povos originários. É importante destacar que o DCEIN partiu de demandas que surgiram na Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas (CAIAPI), criada em outubro de 2020 como parte da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp (DEDH), constituída para melhor atender as demandas específicas que foram se evidenciando desde a chegada dos indígenas nesta universidade. As representações do DCEIN lidam também com pautas que impulsionam espaços destinados às estudantes indígenas mulheres da Unicamp, com o objetivo de fortalecer as relações entre si, discutindo suas demandas e, também, de reivindicações no contexto da universidade, relacionadas ao movimento dos indígenas LGBTQIA+.

O coletivo de estudantes indígenas, por ser um grupo não homogêneo em sua composição, encara desafios de conciliar as diferenças para encaminhar as demandas de



permanência. Existem aqueles estudantes que vêm diretamente de aldeias, que têm o português como segunda língua e que enfrentam muitas dificuldades para acompanhar as aulas; existem também os estudantes que vêm de contexto urbano e, por sua vez, apresentam maior facilidade linguística para lidar com as demandas da vida universitária. Atuando coletivamente, cada parente (como nos referimos uns aos outros) pode ajudar o outro de acordo com seu potencial, o que possibilita uma rica vivência inter-étnica de conhecimento, não somente sobre as ferramentas ocidentais que aprendemos ao longo de nossa vida acadêmica, mas também a troca de conhecimento ancestral entre nós indígenas.

Vale destacar também as Redes de Apoio aos indígenas que se criaram. A primeira Rede de Apoio foi criada por docentes e estudantes não indígenas que eram apoiadores da causa, antes mesmo da chegada da primeira turma. Além de facilitar o acolhimento dos primeiros estudantes indígenas na universidade, ela possibilitou a criação de laços “extra institucionais” que contribuíram para melhor engajamento dos estudantes indígenas em grande parte das decisões que foram tomadas, posteriormente, para o aperfeiçoamento da aplicação do Vestibular Indígena. Além de nortear as relações com a universidade, essas Redes de Apoio têm sido importantes para além dos muros da instituição e têm seguido dessa maneira até hoje. Isso possibilita que as trocas entre os estudantes indígenas e a instituição sejam guiadas pelo sentido de equidade e justiça, o que demonstra o fortalecimento dos direitos indígenas por parte da instituição. As redes criadas entre nós e as pessoas não indígenas, que se somam como aliados das nossas pautas, fortalecem nossa chegada e ocupação dos ambientes universitários. Com essas relações de apoio mútuo, temos para onde recorrer caso aconteça alguma situação de discriminação, racismo ou abuso na cidade, portanto, isso garante maior segurança para permanecer, ocupar e nos desenvolver dentro da universidade. As redes de apoio também possibilitam as trocas de artesanatos, pinturas e arte indígena entre os estudantes indígenas, bem como o intercâmbio entre culturas, como a criação de cursos de línguas indígenas.



Sabemos que, apesar das dificuldades e preconceitos que as relações sociais na cidade podem apresentar, estamos ocupando um espaço que é nosso por direito. A tarefa de ocupar uma vaga em um curso da Unicamp não tem sido simples, mas encontrar aliados aos povos indígenas, dispostos a somar nas redes de apoio, tem garantido maior segurança em nossa caminhada dentro de espaços tão elitizados. Com o tempo, as relações sociais vão se horizontalizando, cada vez mais, e caminhando para que as trocas sejam sempre as mais justas possíveis para com os povos indígenas e toda comunidade não indígena da Unicamp.

Ser estudante universitário não é fácil, e ser estudante indígena traz um peso ainda maior para aqueles que, em comum aos estudantes oriundos das camadas populares, trazem consigo o reflexo de uma educação básica deficitária e nem sempre comprometida com a qualidade. Unir vários povos culturalmente distintos entre si em um Coletivo é um desafio grande, mas compensa, porque sabemos que os espaços de Ensino Superior que existem hoje são frutos da luta de muitos líderes indígenas ao longo de toda essa caminhada. O acesso dos indígenas às universidades públicas representa, para nós, um respiro frente aos 521 anos de colonização. Hoje, ocupamos os mais diferentes espaços, demonstrando nossa capacidade de transitar entre os ambientes ancestrais e contemporâneos. Nossa transição entre lugares é guiada por nossas histórias originárias, fortalecendo as múltiplas ancestralidades indígenas pertencentes ao território brasileiro e, muitas vezes, silenciadas pelo processo de colonização e centralização do Estado brasileiro. Pensar numa universidade como a Unicamp pintada de jenipapo e urucum já é algo real. E a luta continua, para que possamos melhorar a permanência nas instituições de Ensino Superior, além de respeitar as especificidades dos mais de 300 povos indígenas. Entende-se, assim, que esse é o momento de um olhar mais cuidadoso para as necessidades que estão para além da abertura de vagas nas universidades. É dessa forma que ocupamos e continuaremos ocupando os espaços: respeitando os saberes ancestrais e disseminando as culturas e os modos de viver dos povos originários desta terra.



Referências bibliográficas:

BANIWA, Gerssem. **Educação escolar indígena no século XXI**: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula/ Laced, 2019.

LISBOA, S. H. “**Cotas sim, cortes não!**” A conquista das cotas étnicoraciais na Unicamp. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Faculdade de Educação, Unicamp, 2020.

RUSSO, Kelly. O Observatório de Educação Escolar Indígena e a relação entre universidades e comunidades indígenas no desenvolvimento da educação intercultural: uma análise a partir do Edital 01/2009 Capes/Secadi/Inep In. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. Org. **A educação superior de indígenas no Brasil** [recurso eletrônico]: balanços e perspectivas. 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2016.

SILVA, Edilene Alves da. **Estudantes indígenas na Unicamp**: emoções em jogo no acesso ao ensino superior. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Faculdade de Educação, Unicamp, 2021.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; HOFFMANN, Maria Barroso. Introdução. In SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; HOFFMANN, Maria Barroso (orgs). **Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil**: Políticas públicas de ação



afirmativa e direitos culturais diferenciados. Rio de Janeiro: Trilhas de conhecimentos/LACED/Museu Nacional/UFRJ, p. 5-32, 2004.

Os autores



Edilene Alves da Silva - Indígena do povo Munduruku. Formada em Pedagogia/Unicamp. Pesquisadora associada do projeto Jovem Pesquisador/FAPESP "Estudantes indígenas na Unicamp e na UFSCar: experiências sob a lente da etnografia" de responsabilidade da Profa. Dra. Chantal Medaets (FE).



Luiz Medina é da nação Guaraní, graduando em Administração Pública na Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas. É iniciante em pesquisa científica, orientando da Profa Alik Wunder, vinculado ao grupo de pesquisa Humor Aquoso do Laboratório de Estudos Audiovisuais - OLHO da Faculdade de Educação da UNICAMP.



Revista de divulgação científica

coletiva.org



coletiva

Paulo Jeremias Aires - Indígena do povo Akroá-Gamella do Estado do Maranhão. Estudante do 2º ano da graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual de Campinas. É integrante do DECEIN (Diretório Central dos Estudantes Indígenas), atuando como diretor de visibilidade e orgulho LGBTQIA+.